

BRUNO GOUVÊA BASTOS  
SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

ANEXO À PORTARIA/SAT 3766, de 26 de janeiro de 2026

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	TIPO	VALOR (R\$)	AÇÃO
62950	FEIJÃO CARIOQUINHA - T2 - KG	2	R\$ 3,27	R
70464	FEIJÃO CARIOQUINHA - T2 - KG (OP. INTEREST.)	3	R\$ 3,71	R
62963	FEIJÃO CARIOQUINHA - T2 - SC 60 KG	2	R\$ 196,20	R
70465	FEIJÃO CARIOQUINHA - T2 - SC 60 KG (OP. INTERST.)	3	R\$ 222,60	R
70466	FEIJÃO PRETO - TIPO 1 - A GRANEL (OP. INTERESTADUAL)	3	R\$ 3,29	R
15121	FEIJÃO PRETO - TIPO 1 - A GRANEL (OPERACÃO INTERNA)	2	R\$ 2,90	R
70467	FEIJÃO PRETO - TIPO 1 - ENSACADO SC 60 KG (OP. INTERESTADUAL)	3	R\$ 197,40	R
349	FEIJÃO PRETO - TIPO 1 - ENSACADO SC 60 KG (OPERACÃO INTERNA)	2	R\$ 174,00	R
70468	FEIJÃO PRETO - TIPO 2 - A GRANEL (OP. INTERESTADUAL)	3	R\$ 2,77	R
62976	FEIJÃO PRETO - TIPO 2 - A GRANEL (OPERACÃO INTERNA)	2	R\$ 2,44	R
70469	FEIJÃO PRETO - TIPO 2 - ENSACADO SC 60 KG (OP. INTERESTADUAL)	3	R\$ 166,20	R
62989	FEIJÃO PRETO - TIPO 2 - ENSACADO SC 60 KG (OPERACÃO INTERNA)	2	R\$ 146,40	R

Legenda Ações\*

I - Inclusão

R - Revisão

S - Suspensão

E - Exclusão

A - Alteração

Legenda Tipo\*\*

1 - PMPF - Preço Médio Ponderado Consumidor Final

2 - VRP - Valor Real Pesquisado

3 - VRP - Operação Interestadual

4 - VRP - Atacado

## Secretaria de Estado de Administração

### RESOLUÇÃO SAD/MS Nº 222, de 26 de janeiro de 2026.

Dispõe sobre o sistema virtual e integrado de compras do Estado e do Sistema Eletrônico de Contratos, estabelecendo regras de utilização, acesso e operacionalização no âmbito da Administração Pública Estadual, em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO**, por meio da Secretaria-Executiva de Licitação, no uso de suas atribuições que lhes conferem o art. 16, §3º da Lei Estadual nº 6.035, de 26 de dezembro de 2022 e pelo art. 8 do Decreto nº 16.167, de 25 de abril de 2023, que estabelecem a competência da Secretaria-Executiva de Licitações para a gestão do sistema virtual e integrado de compras do Estado, a padronização dos procedimentos de aquisição e a coordenação dos processos licitatórios,

**considerando** a necessidade de modernização, padronização e integração dos sistemas de compras públicas e de gestão contratual no âmbito do Poder Executivo Estadual;

**considerando** a necessidade de disciplinar a transição operacional entre o sistema legado SIGA-TR e o novo ambiente de compras governamentais, assegurando continuidade dos processos, segurança jurídica e eficiência administrativa;

### RESOLVE:

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS E CONCEITOS

Art. 1º Esta Resolução estabelece as diretrizes e regras de utilização do sistema virtual e integrado de compras do Estado e do Sistema Eletrônico de Contratos, como plataformas oficiais e obrigatórias para a realização de despesas, envolvendo licitações, contratações diretas, Atas de Registro de Preços e a gestão de contratos, no

âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual.

Art. 2º Para fins desta Resolução, considera-se:

I. Sistema Gestor de Compras (SGC): O sistema integrado de compras da Administração Pública Direta, das Autarquias e das Fundações do Poder Executivo Estadual; que centraliza a gestão de todo o ciclo de aquisição, desde a formalização da demanda até a fase de homologação e a utilização de Atas de Registro de Preços;

II. Sistema de Dispensa Eletrônica (SDE): Conforme art. 1º do Decreto nº 16.119, de 6 de março de 2023, módulo do SGC, informatizado, por meio do qual se apura o menor preço ou o maior desconto para contratação direta de obras, bens e serviços, incluídos os serviços de engenharia;

III. Sistema Eletrônico de Contratos: módulo do SGC ou sistema a ele integrado, destinado à formalização, acompanhamento, execução, gestão e fiscalização dos contratos administrativos firmados no âmbito do Poder Executivo Estadual.

Art. 3º A utilização do SGC é obrigatória para todos os procedimentos de despesa, devendo garantir a interoperabilidade com o Sistema Eletrônico de Contratos (GCONT) e o Sistema de Gestão Patrimonial (SISPAT), conforme dispõe no Art. 6º do Decreto nº 16.023, de 28 de setembro de 2022.

## CAPÍTULO II DOS REQUISITOS OBRIGATÓRIOS DO SISTEMA GESTOR DE COMPRAS

Art. 4º O sistema virtual e integrado de compras do Estado deverá prover as funcionalidades necessárias para a estrita observância dos seguintes normativos e requisitos legais:

I. Catálogo e Itens: O SGC utilizará obrigatoriamente o Catálogo de Materiais e Serviços, cuja utilização é essencial para a identificação, classificação e codificação dos itens

II. Banco de Preços: A Pesquisa de Preços será realizada com base no Banco de Preços do SGC, sendo esta funcionalidade disponibilizada pela própria ferramenta;

III. Fase preparatória: Nos termos do Art 4º do Decreto n. 15.941/2022;

IV. Fase Externa: Nos termos do Art 3º, inciso I, do Decreto n. 16.118/2023;

V. Transição: O SGC recebe exclusivamente às licitações e contratações diretas regidas pela Lei nº 14.133/2021;

VI. SIGA Plano de Compras: ferramenta informatizada, disponibilizada pela Secretaria de Estado de Administração (SAD), para elaboração e; acompanhamento do plano de contratações anual pelos órgãos e pelas entidades

VII. Integração: O sistema garantirá a compatibilidade dos processos de despesa com as informações de dotação orçamentária e financeira, sob responsabilidade do perfil Financeiro.

## CAPÍTULO III DOS FLUXOS OPERACIONAIS E PERFIS DE ACESSO INTERNO

Art. 5º São estabelecidos os seguintes Perfis de Acesso e suas atribuições principais no SGC, conforme detalhamento completo no Anexo I (Descrição de Perfis).

Art. 6º Os procedimentos internos de aquisição seguirão os fluxos operacionais detalhados no Anexo II (Fluxo de Processo).

## CAPÍTULO IV DA UTILIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Art. 7º A aquisição de bens ou contratação de serviços mediante Ata de Registro de Preços será formalizada no sistema virtual e integrado de compras do Estado através do módulo de Utilização de ARP.

Art. 8º O rito de adesão à Atas de Registro de Preços gerenciadas por órgãos ou entidades externas (Carona) não seguirá o fluxo principal de Utilização de ARP, devendo seguir a instrução do órgão gerenciador e o resultado final da adesão registrado no SGC, observadas as disposições do art. 1º e 5º, inciso IV, do Decreto nº 16.138/2023.

## CAPÍTULO V DO AGENTE DA CONTRATAÇÃO DA FASE EXTERNA

Art. 9º O Agente de Contratação da Fase Externa, nos termos do Decreto nº 15.937, de 22 de maio de 2022, será responsável por executar as fases externas da Licitação ou Contratação Direta no sistema virtual e integrado de compras do Estado, encaminhando para a Autoridade Competente para homologação.

CAPÍTULO VI  
DO SISTEMA ELETRÔNICO DE CONTRATOS E DA FASE CONTRATUAL

Art. 10. A gestão, fiscalização e as alterações contratuais (pós-contratuais) serão realizadas obrigatoriamente no Sistema Eletrônico de Contratos, devidamente integrado no sistema virtual e integrado de compras do Estado, observando-se a Resolução SAD nº 200, de 06 de março de 2025.

Art. 11. O sistema de contratos deverá registrar os seguintes eventos de gestão:

- I. Nomeação e atuação dos Fiscais de Contrato e seus substitutos;
- II. Medições, atestos e pagamentos vinculados à execução contratual;
- III. Aplicação de sanções e acompanhamento de ocorrências;
- IV. Formalização de termos aditivos, respeitando os requisitos legais aplicáveis (ex: limite de 25% para acréscimos e supressões e fundamentação de interesse público, conforme o PARECER REFERENCIAL PGE/MS/Nº 001/2025).

CAPÍTULO VII  
DO ACESSO, DA COMUNICAÇÃO E DA PUBLICIDADE

Art. 12. O sistema virtual e integrado de compras do Estado deve garantir a transparência e o acesso às informações, observadas as restrições legais.

Art. 13. Para o público externo (licitantes), o sistema virtual e integrado de compras do Estado será o canal oficial para:

- I. Consulta a editais, avisos, resultados e demais peças processuais;
- II. Apresentação de impugnações e recursos;
- III. Acompanhamento do status dos processos licitatórios e de contratação direta.

Art. 14. A comunicação formal no âmbito dos processos, incluindo intimações e notificações, será realizada por meio do sistema virtual e integrado de compras do Estado, ou plataforma de compras pública a ele integrada.

CAPÍTULO VIII  
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. As orientações de transição do sistema virtual e integrado de compras do Estado, entre o sistema legado de compras (SIGA-TR) e o novo Sistema Gestor de Compras (SGC), bem como o mapeamento operacional das fases dos procedimentos de contratação pública, constam no Anexo III -FAQ desta Resolução, que integra o presente ato para todos os fins.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Anexos desta Resolução ([www.compras.ms.gov.br](http://www.compras.ms.gov.br))

Anexo I: Descrição completa das atribuições dos perfis

Anexo II: Fluxo operacionais do SGC

Anexo III: FAQ - Mapeamento Operacional da Transição entre o Sistema Legado SIGATR e o sistema Gestor de Compras (SGC)

FREDERICO FELINI  
Secretário de Estado de Administração

**Secretaria de Estado de Educação**

EDITAL N. 2/SED/2026

**PROCESSO SELETIVO INTERNO PARA FORMAÇÃO DO BANCO RESERVA SUPLEMENTAR PARA FUNÇÃO DE COORDENADOR PEDAGÓGICO**

O Secretário Adjunto de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições legais e considerando a Lei Federal n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei Complementar Estadual n. 87, de 31 de janeiro de 2000, a Resolução/SED n. 4.389, de 7 de fevereiro de 2025, e o Decreto Estadual n. 13.770, de 19 de setembro de 2013, torna pública, para conhecimento dos interessados, a abertura das inscrições para o Processo Seletivo Interno, destinado à seleção de profissionais que integrem o Banco Reserva para a Função Docente Temporária, para compor o Banco Reserva Suplementar para a função de Coordenador Pedagógico.

**1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**